

IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA ZONA FRANCA DE MANAUS/BRASIL*Iraíldes Caldas Torres¹*

As transformações que se processam atualmente na base do trabalho frente à terceira revolução tecnológica – que se convencionou chamar de reestruturação produtiva – redefinem o mundo do trabalho enquanto processo de organização política.

A década de 80 constitui o marco referencial da agudização da crise capitalista no Brasil. Esse cenário remete para a redefinição do lugar do trabalho visivelmente assentada em pelo menos três discussões: a crise da representação política que culmina com a abertura da economia, cuja orientação maior do Consenso de Washington (1989) determina a entrada do Brasil no Mercosul; a crise da materialidade e objetividade da classe trabalhadora; e a crise da subjetividade do trabalho que não se desvincula da segunda.

No que se refere à primeira discussão, WALLERSTEIN (1997) considera que o sistema-mundo vivenciou três contradições básicas ligadas às perspectivas futuras do capitalismo histórico: o dilema da acumulação; o dilema da legitimação política; e o dilema da agenda geocultural.

A razão de ser do capitalismo reside na lógica da acumulação que é um elemento constituinte e inerente a esse tipo de sistema sócio-econômico. Daí que para promover a acumulação *“é preciso manter um relativo nível de monopólio na produção. Quanto maior for o grau de monopolização, maior será a possibilidade de conseguir aumentar a diferença entre os custos totais da produção e dos preços de venda efetivos”*(WALLERSTEIN, 1997:70).

Todavia, os monopólios econômicos não são construídos pela via do mercado. A rigor, poder-se-ia dizer que os mercados são antimonopolistas, à medida que todos os produtos podem concorrer livremente no próprio mercado. Ao contrário da monopolização, a reestruturação produtiva desencadeia um processo de desterritorização das fronteiras econômicas, no sentido de conduzir a economia-mundo à abertura e à formação de blocos econômicos, associada à intensificação da competitividade em escala mundial.

O dilema da legitimação política reside no fato do capitalismo estabelecer uma relação distante - senão de ruptura - com a classe trabalhadora, consignada na desregulamentação das relações de trabalho e na ação demissionária do Estado de Bem-Estar Social, especialmente dos países em desenvolvimento.

É importante observarmos como o capitalismo se utiliza de estratégias diferenciadas na superação das crises cíclicas do capital. Enquanto que no período pós-30 utilizou como estratégia a inclusão dos trabalhadores no processo produtivo, criando mecanismos para o aumento do nível de emprego e incentivos para que as pessoas pudessem voltar a consumir, a estratégia atual assenta-se no processo de exclusão dos trabalhadores do processo produtivo.

HARVEY (1992:119) indica que o processo de trabalho na conjuntura de expansão do Pós-Guerra, no longo período que vai desde 1945 a 1975, *“teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”*.

Na verdade, a teoria keynesiana² constituiu o suporte político-ideológico do Estado de Bem-Estar Social. As idéias do Estado interventor começam a ganhar

¹ A autora é professora da Universidade do Amazonas e doutoranda em Ciências Sociais da PUC/SP.

impulso no Pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto da política do pleno emprego e da garantia dos direitos sociais procurando atenuar, em parte, a ação devastadora do capitalismo e construir um relativo equilíbrio nas relações com os trabalhadores.

O fordismo³ surge como um modelo de produção que melhor se adequa à política do Estado de Bem-Estar Social. Trata-se de um modelo de racionalização da produção em massa e em larga escala, sob o signo da especialização do trabalho e da tecnologia avançada.

A ordem, agora, é a produção em escala menor, em pouco tempo e com boa qualidade, utilizando-se de incrementos tecnológicos para alcançar uma clientela universal. Na verdade, a produção se sustenta na existência de um estoque mínimo, na qualidade total dos produtos e na flexibilização do processo produtivo e da força de trabalho.

Um outro ponto de bifurcação, que subjaz a esta análise, diz respeito aos movimentos de libertação nacional presente em quase todos os países do Terceiro Mundo, no período de 1945 a 1965. Na América Latina, por exemplo, os movimentos sociais/populares mesmo sob o jugo e sanções dos regimes nacionalistas/ditatoriais – o Peronismo na Argentina, a ditadura Somoza na Nicarágua, o Getulismo no Brasil, dentre outros – tiveram uma participação importante nos rumos da história à medida que se constituíram em canais de comunicação dos trabalhadores e das camadas subalternizadas com o poder local e/ou com o Estado Nacional.

Poder-se-ia dizer que esse é o período crucial de perda de legitimidade por parte dos Estados Nacionais. Desde então, a capacidade do sistema-mundo no sentido de fazer os ajustes necessários para manter a legitimidade dos Estados Nacionais, mostra sinais agudos de cansaço (cf. WALLERSTEIM, 1997).

Nas décadas seguintes 70 e 80, assiste-se ao processo crescente do colapso político dos movimentos de libertação nacional no hemisfério sul; dos Partidos Comunistas do bloco socialista, incluindo o keynesianismo da social-democracia dos países centrais (cf. WALLERSTEIM, 1997).

Até então os Estados Nacionais haviam mantido a luta política dentro dos limites possíveis, uma vez que representava uma instância de interlocução com os trabalhadores, mantendo os conflitos ao nível das negociações com avanços e recuos conforme a dinâmica da correlação de forças.

No entanto, com o colapso político dos movimentos de libertação nacional e do socialismo real⁴, eliminou-se uma das forças que mantinha o sistema de Estados, posto que se eliminou, efetivamente, sua legitimação popular. Assim, pois, os Estados não estão legitimados, já que não podem manter as lutas políticas dentro dos limites seguros (idem, 1997).

O dilema da agenda geocultural por seu turno, segundo WALLERSTEIM (1997), reside no fato de como conciliar as consequências positivas e negativas do indivíduo ser o sujeito da história. Duas transversalidades se colocam nesse debate, quais sejam: o universalismo por um lado e o racismo-sexismo por outro. O primeiro diz respeito à pretensa homogeneização moral da humanidade, uma espécie de universalização do comportamento humano ancorado no discurso que apregoa que todas as pessoas têm os mesmos direitos. Ora, a história já mostrou que as fronteiras dos direitos sociais e das relações de gênero são bem demarcadas e

² Modelo baseado no intervencionismo estatal na economia como forma de assegurar o crescimento econômico e aumentar o nível de emprego, idealizado pelo economista inglês John Maynard Keynes.

³ Modelo de produção idealizado pelo industrial norte-americano Henry Ford, implementado inicialmente, em suas próprias fábricas de automóveis. Teve vigência no período de 1945 a 1973.

⁴ Esse colapso tem sido resultado da retirada do apoio popular de um século de luta. Esta retirada do apoio popular representou também o abandono da esperança reformista (Ver WALLERSTEIM, 1997).

definidas em níveis geo-político-econômico e culturais para além das fronteiras nacionais.

Nisto se assenta a prática do racismo e do chamado sexismo ou diferenças de gênero, que é a segunda transversalidade. Ao contrário da primeira, essa concepção reafirma a historicidade de que todas as pessoas não têm os mesmos direitos humanos, e sim que estão ordenadas mediante hierarquias biológica e culturalmente definidas. Essas hierarquias determinam seus direitos e privilégios e seu lugar no processo produtivo (cf. WALLERSTEIM, 1997).

Este é um debate que está posto na ordem do dia; é um dilema que deverá ser enfrentado como um problema prioritário da agenda geocultural.

A segunda conjectura que se apresenta ao cenário das transformações que ocorrem atualmente no mundo do trabalho está associada à crise da classe trabalhadora. Diz respeito ao espectro de redução da classe operária enquanto força de trabalho, considerando que há um redimensionamento nos níveis de emprego considerado certo, seguro e vitalício. Dito de outra forma, operam-se mudanças nas relações de trabalho para além da aporia emprego-desemprego.

Trata-se de um conjunto de redefinições que afeta profundamente a materialidade da classe trabalhadora referente ao seu modo de ser, à sua identidade, representação política e formas de inclusão e exclusão no processo produtivo. Está em curso uma tendência que vem se configurando numa perspectiva neo-social consignada na era do não-direito, posto que promove a desregulamentação de uma série de medidas trabalhistas conquistadas arduamente pelo conjunto dos trabalhadores ao longo de mais de cem anos.

A política brasileira de corte neoliberal aponta como solução para a saída da crise a reconstrução do mercado, da competição e do individualismo, ao mesmo tempo que determina a minimização do Estado e a conseqüente desregulamentação das atividades econômicas. De acordo com o discurso oficial *“o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos”* (LAURELL, 1995:161).

As concepções neoliberais consideram que o intervencionismo estatal prejudica o desenvolvimento econômico e estimula a ociosidade, levando ao aumento do nível de pobreza, já que as políticas sociais não são suficientes para eliminar as desigualdades sociais, sobretudo porque as políticas paternalistas tornaram a classe trabalhadora dependente. HAYEK, por exemplo, deixa claro que *“as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista”* (ANDERSON, 1995:10).

Como se vê, coloca-se em curso uma realidade de inversão da cidadania ou de uma cidadania subalterna que atinge a identidade da classe trabalhadora enquanto construção ontológica, cuja existência histórica transcende os nexos das relações sociais para colocar-se como expressão de uma *deontologia* classista que, no dizer de HOBBSAWM (1995), permeou *“o breve século XX”*.

Uma outra discussão presente nesta vertente da crise da classe trabalhadora, segundo certos discursos correntes, situa-se no plano da subjetividade do trabalho.

Em primeiro lugar, é preciso dizer de pronto, que não comungamos da idéia de que o trabalho deixou de ser a centralidade do ser social. Concordamos com autores como ANTUNES (1995), BLASS (1998) e BOUFFARTIGUE (1996), que consideram que o processo de trabalho passa por metamorfoses, ou seja, por profundas transformações em sua base. BOUFFARTIGUE (1996:94), por exemplo, acredita que há uma crise de um tipo de trabalho que é o trabalho assalariado, argumentando que *“as crises contemporâneas do trabalho são, sobretudo, uma crise do trabalho assalariado e do fenômeno salarial”*. Neste sentido, convém estabelecer

a diferença entre o trabalho como uma categoria antropológica universal e a categoria do trabalho assalariado.

O trabalho assalariado “foi inventado” pelo capitalismo industrial por volta do século XVIII, período em que a relação salarial vai ser construída sob uma dupla face: abstrata (valor de troca) e concreta (valor de uso). Desse modo, poder-se-ia dizer a partir desse autor, que a remuneração consiste no reconhecimento social e econômico do trabalho, na sua utilidade dentro de uma sociedade eminentemente mercantil. Isto significa dizer, por outro lado, que outros tipos de atividades também úteis, mas que não possuem um reconhecimento social, não se enquadram nesta definição de trabalho.

Nesse aspecto, é importante dizer, que este estudo detém-se a destacar apenas uma das vertentes da reestruturação produtiva que é o mundo do trabalho fabril e industrial. De acordo com alguns autores franceses como FREYSSNET (1993), a idéia de trabalho diz respeito ao mundo da produção ou do trabalho produtivo. Para essa autora, *“a idéia de trabalho aparece associada à execução de tarefas de caráter profissional, portanto pagas, assalariadas e exercidas predominantemente, pelos homens nas fábricas, portanto, fora de casa e na esfera pública”* (BLASS, 1998:01).

Dessa sorte, *“o mundo do trabalho que tendo sido historicamente separado da casa, família, do local de moradia, torna-se cada vez mais autônomo e independente das relações sociais e das práticas políticas, religiosas, culturais e educacionais. Um conjunto de atividades sociais antes integradas no cotidiano da vida, comporia o mundo do não trabalho”* (BLASS, 1998:01).

Ao nosso juízo, a concepção de trabalho em Freyssenet é hegemônica e, de certa forma, expressa bem o discurso oficial da divisão sexual do trabalho ao dissociar o mundo da produção do mundo da reprodução e/ou o espaço público do espaço privado, em que o primeiro diz respeito ao trabalho exercido pelos homens e o segundo ao não trabalho exercido pelas mulheres.

Para FREYSSNET (1993), as atividades domésticas⁵ não podem ser definidas como trabalho e sim como não trabalho, polaridade que se estabeleceu sobretudo no interior dos movimentos sociais de mulheres e mesmo em algumas vertentes da sociologia do trabalho.

Do horizonte dessas discussões, poder-se-ia dizer que a reestruturação produtiva representa a reorganização da produção frente à terceira revolução tecnológica⁶ e à abertura dos mercados, caracterizada *“pelo fato de gerar desemprego e subemprego como fenômenos de massa”*(OFFE, 1995:19). Trata-se, como sugere ANTUNES (1995:44), *“de uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual (...) em função da automação da robótica e da microeletrônica, objetivando monumental taxa de desemprego estrutural”*⁷

⁵ As atividades domésticas, enquanto tais, são ocultadas porque não se enquadram no estatuto de trabalho, nem de emprego (BLASS, 1998:02).

⁶ Os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adiante lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato ou melhor (...). O perverso nisso é que os capitais estão se deslocando para as áreas em que o custo da força de trabalho é menor, onde não existem os benefícios consagrados em convênios internacionais, o que agrava a perda de empregos nos países em que os direitos trabalhistas existem e são respeitados (SINGER, 1998: 118).

⁷ Ao nosso juízo, ainda que a reestruturação produtiva atinja preponderantemente os setores da indústria de transformação, não deixa de atingir também outros setores produtivos da economia brasileira, como por exemplo, o comércio, a construção civil, o extrativismo mineral, o setor de serviços, dentre outros, conforme veremos mais adiante.

Por outro lado, o trabalho enquanto categoria antropológica universal possui um conteúdo filosófico bem definido. É através dele que homens e mulheres se realizam como seres históricos e sociais, constituindo-se numa atividade através da qual o ser social modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária, para satisfazer suas necessidades básicas. Para MARX (1989), é através do trabalho que o ser coloca em movimento as forças de que seu corpo é dotado, para assim poder assimilar a matéria, dando-lhe uma forma útil à vida.

O trabalho enquanto práxis possui um potencial libertador para o ser social. Constitui-se num fator de crescimento, através do qual o sujeito histórico produz os meios necessários à sua existência para, assim, manter a sua dignidade.

BOUFFARTIGUE (1996) registra três aspectos que concorrem para a valoração do trabalho: O aspecto econômico, o aspecto topológico e o aspecto simbólico. O primeiro diz respeito ao valor das relações de trabalho como um bem mercantil que assegura a sobrevivência do ser social. O segundo consiste no valor que o trabalho ocupa no sistema de distribuição social e nas atividades dos grupos, enquanto que o terceiro assenta-se nos significados sociais e no sentido pessoal atribuído ao trabalho.

Como já assinalamos, para BOUFFARTIGUE (1996), o que está em crise é o trabalho assalariado e esse tipo de trabalho não é e nunca foi centralidade do ser social. VÁSQUEZ (1997) considera que o trabalho enquanto agir objetivo do ser social, que cria a realidade humano-social é o trabalho no sentido filosófico, que é em sua essência, a fonte das realizações e centralidade do ser.

Aparadas estas arestas que consideramos importante para a compreensão dessa conjuntura histórico-social – cuja intenção consistiu em deixar claro que não está em causa nessas discussões o esgotamento do trabalho humano ou o “fim da história”, como protagonizam os partidários da ética niilista do “fim do emprego” e da sociedade do trabalho – passaremos a nos ocupar de uma leitura da realidade regional, destacando os nexos de expansão do capital na Amazônia ocidental e os impactos da reestruturação produtiva na Zona Franca de Manaus.

A reestruturação produtiva e o reordenamento das empresas remetem para a exigência de qualificação da força de trabalho, como uma necessidade que se coloca tangencialmente ao processo de ajuste ao mercado. No entanto, dado que o Estado brasileiro não investiu suficientemente na formação profissional, segue-se a lógica de exclusão produtiva de amplos setores da classe trabalhadora, não só porque não possuem qualificação profissional, mas também porque não possuem escolaridade exigida.

Para ANTUNES (1995:44), *“a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos”*.

O impacto da reestruturação produtiva em países como o Brasil é mais dramático. No que se refere ao aspecto da escolarização, além do Estado não ter investido prioritariamente no setor educacional, também dificultou o acesso ao ensino formal aos filhos dos trabalhadores, sem falar da exclusão escolar de grandes contingentes de trabalhadores adultos. Quanto ao aspecto da qualificação profissional, peremptoriamente, essa questão ficou ao encargo do sistema S (SENAI, SENAC...) que por si só não pôde dar conta da grande demanda existente.

No âmbito regional, as forças políticas reservaram à região Amazônica o modelo Zona Franca. Criada em 1967 pelo governo brasileiro do regime militar, associada a um projeto maior de internacionalização da Amazônia, a Zona Franca de Manaus vai se constituir num mercado de trabalho importante na fronteira regionalizada. Trata-se de uma área de livre comércio instalada na capital do Estado do Amazonas, cujas características assentam-se na isenção de impostos e nos

incentivos fiscais e creditícios às empresas multinacionais que se afixaram na região.

É verdade que do ponto de vista do capital *strictu sensu* a implantação da Zona Franca significou um grande sucesso. Dir-se-ia até que integrou a região ao dominante nacional, além de gerar muitos empregos para as populações locais.

Por outro lado, é também verdade que a acumulação primitiva nos quadrantes da Amazônia não só modificou a estrutura econômica, social e política da região, como também exacerbou as desigualdades sociais recriando novas formas de segregação e marginalização social como o analfabetismo e o chamado “cancro social”. Isto porque a acumulação se deu em “*detrimento dos bens de consumo coletivos necessários à reprodução da força de trabalho como: saúde, transporte, habitação, educação, saneamento e lazer*” (CALDAS, 1999:439).

Deve-se notar que a internacionalização da Amazônia, via modelo Zona Franca, “*revelam as estratégias emergentes de grupos empresariais (latifundiários tradicionais, comerciantes, banqueiros, etc) e as decisões ao nível do Estado, cujas ações tem aparecido de forma combinada nos modelos de ocupação das fronteiras econômicas*” (CASTRO e MARIN, 1989:09).

É importante percebermos que a divisão internacional do trabalho aparece revestida das determinações e dos condicionamentos históricos das fissuras étnicas, bem como os aspectos de gênero e de classe consubstanciados nas relações de poder e dominação.

Na verdade, vai haver uma explícita divisão sexual do trabalho com postos de trabalho para homens e para mulheres. A grande parte da força de trabalho era constituída por mulheres na faixa etária de 15 a 25 anos predominantemente, pois as empresas de produtos eletro-eletrônicos preferiam a mão-de-obra feminina pelo fato desta apresentar uma habilidade manual que se fazia necessária ao processo de montagem desses produtos, como por exemplo, a paciência, a atenção e destreza, valores atribuídos à mulher. Some-se a isto os baixos salários auferidos à força de trabalho feminina que constituía mão-de-obra farta e desqualificada.

Atualmente, com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho esse tipo de modelo industrial entrou em crise. A Constituição Federal de 1988 autoriza o funcionamento da Zona Franca de Manaus até o ano de 2013. No entanto, a mesma apresenta sinais inequívocos de inflexão no que tange à manutenção do nível de emprego para os trabalhadores amazonenses em relação à PEA (População Economicamente Ativa) deste Estado.

Os estudos de Freitas Pinto (1992:133) apontam para o fato de que, “*a Zona Franca de Manaus é também um exemplo de implantação de um modelo industrial sem uma contrapartida de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnologia em termos locais, ou seja, não se implementou paralelamente um modelo de desenvolvimento científico*”.

Isso ocorre em virtude do modelo implantado ser eminentemente concentrador, em que a dinâmica do capital se sobrepôs às necessidades e aos interesses regionais, haja vista que os recursos estatais foram e continuam sendo conduzidos pelos imperativos das forças políticas em presença em detrimento das demandas sociais.

Observe-se que o fausto da riqueza e do propalado desenvolvimento deixa uma dívida social sem precedentes para com os trabalhadores, evidenciada no quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores, formando um corredor de exclusão social consignado na baixa do nível de vida desta população.

A década de 1990 apresenta indicadores de desemprego dos mais perversos no Distrito Industrial de Manaus. Os períodos de permanência do trabalhador nas empresas ficam cada vez mais reduzidos. As grandes empresas como a CCE da

Amazônia, Gradiente, Philips, dentre outras, reduziram cargos e até operações inteiras para evitar a sucumbência e imersão na crise.

Antes de apresentarmos os dados desta pesquisa cabem algumas observações acerca deste tema. Trata-se de um assunto relativo ao nosso objeto de estudo que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em nível de doutorado. O objetivo deste trabalho consiste em percebermos os impactos da reestruturação produtiva num tipo de modelo de desenvolvimento regional denominado Zona Franca, identificando a forma pela qual homens e mulheres se percebem no processo produtivo de expansão da industrialização na região amazônica.

A pesquisa assume um caráter qualitativo e quantitativo em que ouviremos pelo menos doze trabalhadores (as) de três grandes empresas do setor eletro-eletrônico situadas no Distrito Industrial de Manaus. Nesse momento concluímos apenas o levantamento quantitativo de dados secundários junto aos órgãos oficiais como o Ministério do Trabalho e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), conforme apresentação a seguir:

NÍVEL DE EMPREGO E DESEMPREGO NO ESTADO DO AMAZONAS

Ano	Desligamentos	Varição do nível de Emprego
1991	90.212	- 17.349
1992	60.544	- 19.098
1993	53.145	3.967
1994	56.054	9.458
1995	73.472	2.726
1996 (Jan a Jul.)	40.748	3.349

Fonte: Ministério do Trabalho/IPEA, Rio de Janeiro.

Como se vê, há uma substancial retração do nível de emprego formal no Estado do Amazonas, incluindo sobretudo os setores da indústria que dispõem de incrementos tecnológicos como as empresas localizadas no Distrito Industrial de Manaus, mas que inclui, também, outros setores da economia formal com grandes rebatimentos nos setores de serviços, da construção civil e do comércio.

Nisto consiste uma outra discussão presente neste debate que é a constatação de que a reestruturação produtiva atinge, também, outros setores e postos de trabalho. O professor Paul Singer (1998: 118), por exemplo, indica que *“a demanda por trabalhadores está se retraindo em setores beneficiados por inovações tecnológicas, entre os quais se destaca a indústria, mas que incluem indubitavelmente boa parte do terciário”*.

Ao que parece, esta questão transcende os nexos da circunscrição teórica, é atualmente uma constatação que “salta aos olhos”, conforme podemos observar na demonstração gráfica dos dados comparativos da situação dos postos de trabalho e do nível de emprego e desemprego nos vários setores da economia do Estado do Amazonas. Demonstraremos os dados no período de fevereiro de 1998 a janeiro de 1999, já que não nos foi possível obter os dados relativos ao ano de 1997.

Os dados sobre admissão e demissão de trabalhadores no período de fevereiro de 1998 a janeiro de 1999, na cidade de Manaus, mostram que o setor de serviços foi, no mesmo período, o setor que majoritariamente empregou e desempregou pessoas, seguido do setor industrial e do comércio, com percentuais também constatados em todo o Estado do Amazonas.

DADOS COMPARATIVOS DA SITUAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NO AMAZONAS

ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMISSÃO	FEV/98 a JAN/99	
		DEMISSÃO	SALDO
Extrativa Mineral	244	279	- 35
Indústria de Transformação (eletro-eletrônico)	18.005	24.197	- 6.192
Serv. Ind. Utilidade Pública	455	5 01	- 46
Construção Civil	7.668	9.312	- 1.644
Comércio	17.914	16.899	1.015
Serviços	25.076	24.817	259
Administração Pública	128	114	14
Agricultura & Silvicultura	1.282	881	401
Outras	274	36	238
Total	71.046	77.036	- 5.990

Fonte: CAGED (MTb) – Lei 4923 – Sistematização: DIEESE do Pará.

Dados Comparativos da Situação dos Postos de Trabalho em Manaus

ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMISSÃO	FEV/98 a JAN/99	
		DEMISSÃO	SALDO
Extrativa Mineral	113	103	10
Indústria de Transformação (eletro-eletrônico)	15.725	20.701	- 4.976
Serv. Ind. Utilid. Pública	879	351	28
Construção Civil	4.926	6.384	-1.458
Comércio	17.073	16.387	635
Serviços	23.488	23.147	341
Administração Pública	100	96	4
Agricultura & Silvicultura	668	525	143
Outras	279	41	238
Total	62.751	67.735	- 4.984

Fonte: CAGED (MTb) – Lei 4923 – Sistematização: DIEESE do Pará.

Os últimos dados relativos ao mês de abril de 1999 dão conta de que, em todo o Estado do Amazonas, o índice de admissão de trabalhadores correspondeu a 4.430, enquanto que o desligamento apresentou um percentual bem superior correspondente a 6.175, compondo um saldo de – 1.745 e uma variância de – 1. 09 do nível de emprego .

Assim, deve-se considerar que o fenômeno do desemprego e da situação dos trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva, em particular no Estado do Amazonas, constitui uma problemática social grave.

O desemprego, caracterizado pela ausência de relação empregatícia e/ou pela ausência de geração de renda por parte do trabalhador, quer seja no âmbito formal ou informal, priva-o dos meios de subsistência tornando-o um ser desprovido e vulnerável em todos os sentidos. Geralmente, a perda do emprego acarreta sérios problemas ao trabalhador, que vão desde os de ordem psicológica e emocional até aos problemas sociais como o alcoolismo, a perda da moradia e o submundo da criminalidade.

É preciso dizer que o desenvolvimento econômico preconizado pela Zona Franca de Manaus, sob os preceitos do grande capital deixa, hoje, ao povo amazonense, um legado de aprofundamento da questão social, cujo preço não é possível avaliar. A ideologia do “novo eldorado” que atraiu para a cidade de Manaus

um contingente populacional considerável, consignado numa mão-de-obra desqualificada e barata – proveniente não só do interior do Estado do Amazonas e adjacências, mas também de outras regiões, sobretudo do Nordeste – descarta, hoje, os filhos desses trabalhadores, deixando um saldo de desempregados explicitado numa grande problemática social.

O perverso nisso é que o capital não esboçou qualquer preocupação com a vida desses trabalhadores. Sequer dotou a cidade de infraestrutura urbana à guisa de organização do seu tecido social; muito menos o poder público investiu em políticas públicas, principalmente no que diz respeito às políticas educacionais de acesso universalizado. Nem mesmo as empresas do Distrito Industrial investiram em qualificação profissional, ao contrário, mantiveram sempre a mão-de-obra inábil para o mercado atual. Daí que, quando ocorre o reordenamento ou redefinição do lugar do trabalho, é óbvio que a população não vai estar preparada, já que as forças de mercado e o poder público não se preocuparam com esta questão.

É assim que, atualmente, a história impõe ao Estado brasileiro um “resgate” desta dívida social, através de uma política compensatória de qualificação e requalificação profissional financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Ocorre que essas medidas tardias de treinamento profissional não vão resolver o problema do desemprego. De acordo com SINGER (1998:119), “ *o aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos*”.

Em outras palavras, a qualificação profissional nesse contexto de transformações do mundo do trabalho, não resolve o problema dos trabalhadores coletivamente. Além disso, o tipo de política de qualificação profissional implementada pelo Ministério do Trabalho, via recursos do FAT, está longe de trazer benefícios de emprego aos trabalhadores. Ao que parece, tem sido basicamente um engodo para tirar o Brasil do *ranking* dos países que possuem uma população analfabeta e sem qualificação para o trabalho.

Na verdade, “*a qualificação maior interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por emprego, mas só traria vantagens ao trabalhador em conjunto se fosse possível negociar escalas de salários que remunerassem melhor os de mais qualificação, sem reduzir o ganho dos menos qualificados*” (SINGER, 1998:120).

Com efeito, deve-se reconhecer que se hoje o trabalhador desqualificado é excluído do processo produtivo, é porque antes ocorreu também a sua exclusão do processo de educação formal, somados à irrelevância social que a qualificação profissional teve neste país, em especial na Zona Franca de Manaus.

Deve-se notar, no entanto, que mesmo se alguma empresa, como a Moto Honda da Amazônia, desenvolvesse minimamente uma política educacional de ensino supletivo para os seus empregados, hoje, com a reestruturação produtiva, não se vê mais compelida a implementar essa política.

É bem verdade que esse modelo de desenvolvimento encontra-se em derrocada final, posto que a reestruturação produtiva fragiliza o protecionismo fiscal das zonas francas afetando, inexoravelmente, o complexo industrial de Manaus. Em outros termos, isto significa dizer que a competitividade dos mercados impulsiona o deslocamento das empresas para outras áreas mais atrativas, sob a intersecção dos blocos econômicos que se encarregam de efetivar proteção às empresas numa concorrência intercapitalista.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

BOUFFARTIGUE, Paul. Fin del trabajo o crisis del trabajo assalariado ? IN: Revista Sociologia del trabajo. Nueva época, n.º 29, invierno de 1996

BLASS, Leila M.^a da Silva. Trabalho e suas Metamorfoses. IN: DOWBOR, L.(Org).Desafios da Globalização. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

CALDAS, Iraídes Gonzaga. Cidadania e Política de Gênero: um estudo teórico-crítico da ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus. IN: ÁLVARES, M.^a Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira (orgs). Desafios de Identidade: espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

CASTRO, Edna M.^a Ramos e MARIN, Rosa E. Acevedo (orgs). Amazônia em Tempo de Transição. Belém: UFPA, NAEA, ARNI, CELA, 1989.

FREITAS-PINTO, Ernesto Renan Mello de . Como se produzem as Zonas Francas.Belém/ Pa: NAEA - 1986

FREYSSENET, M. L'invention du travail, Futur Antérieur, núm. 16, Paris, 1993

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e M.^a Stela Gonçalves. 5^a ed. São Paulo: Loyola, 1992

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAURELL. Asa Cristina (Org.). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Vol. I . Tradução de Reynaldo Sant'anna. 13 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989

OFFE. Claus. Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1995

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. Perspectivas de Futuro para El capitalismo histórico. IN: El futuro De La Civilizacion Capitalista. Traducción de José María Tortosa. Barcelona: Icaria, 1997